

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CECÍLIA BRAYNER RANGEL BARBOSA CAVALCANTI

***DUNA: O ORIENTE MÉDIO ATRAVÉS DAS LENTES
ESTADUNIDENSES***

RECIFE
2025

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CECÍLIA BRAYNER RANGEL BARBOSA CAVALCANTI

***DUNA: O ORIENTE MÉDIO ATRAVÉS DAS LENTES
ESTADUNIDENSES***

Trabalho de conclusão de
curso como exigência parcial para
graduação no curso de Relações
Internacionais, sob orientação do
Prof. Ms. Victor Tavares Barbosa.

RECIFE
2025

Catalogação na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

Cavalcanti, Maria Cecília Brayner Rangel Barbosa.

C377d Duna: o Oriente Médio através das lentes estadunidenses / Maria
Cecília Brayner Rangel Barbosa Cavalcanti. – Recife, 2025.
48 f. : il. color.

Orientador: Prof. Ms. Victor Tavares Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Orientalismo. 2. Estados Unidos. 3. Oriente Médio. I. Barbosa,
Victor Tavares. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2025.1-004)

Ao Ammar e à Sevde, que me fizeram ver o mundo de uma perspectiva diferente.

Dünyayı farklı bir bakış açısıyla görmemi sağlayan Ammar ve Sevde'ye.

إلى عمار وسيفدا، اللذين جعلاني أرى العالم من منظور مختلف

AGRADECIMENTOS

Aos sete anos de idade, a pergunta “o que você quer ser quando crescer?” é muito fácil de se responder. Bailarina, princesa, veterinária, cantora, advogada. Porém, quando chegamos ao ensino médio, essa pergunta vem com um peso. “Essa formação não vai te sustentar”; “Vai fazer direito, é melhor e tem mais oportunidades”; ou “Medicina é o futuro, tem mais chances de conseguir emprego”. Essas foram algumas das coisas que eu escutei quando falei que meu sonho era estudar Relações Internacionais.

Apenas duas pessoas sempre acreditaram no meu potencial e me motivaram a seguir meus sonhos: minha bisavó, dona Bezinha, e minha vovó, dra Rosicléia. As duas mulheres que, além de me darem muito carinho e amor, sempre me impulsionaram para dar o meu melhor. Hoje, minha bivó não está mais conosco em corpo, mas sua voz está sempre em minha mente e meu coração: “Voa, Ciça”, era o que ela sempre me dizia. Vovó Rosi, no entanto, segue me apoiando em todos os aspectos da vida. Minha melhor amiga. Tenho minha vida inteira para agradecê-lá. É a mulher mais batalhadora que conheço e, também, a mulher que eu mais amo nesse mundo.

Apesar das nossas discussões, também tenho muito a agradecer a painho. Somos muito parecidos e por isso brigamos tanto, dois cabeças duras. Obrigada por me ensinar a manter meu pé no chão, dr Edmilson.

Mamãe e papai, obrigada por me colocarem neste mundo e me amarem imensamente, apesar de suas loucuras. Eva, Carlos e Manuela, eu espero que um dia eu possa ser alguém que vocês admiraram e que se orgulhem de falar que são meus irmãos.

Quero também agradecer aos meus amigos: Atlas, Pedro, José, Catharina; que me acompanharam nessa jornada pela faculdade e me ouviram reclamar de provas, trabalhos e, claro, do TCC. À Matheus, por ter lido e corrigido meu projeto, apesar da distância sei que sempre posso contar com ele. E por último, mas não menos importante, Stella e Emanuelle, minhas melhores amigas. Obrigada por acompanharem toda a minha jornada até aqui, vocês são minhas irmãs de alma e eu amo vocês.

All art is political in the sense that
it serves someone's politics.
(August Wilson)

RESUMO

Sob a perspectiva de um autor estadunidense, em meio a Guerra Fria, nasceu a ficção científica *Duna* (1965), que se passa em uma realidade futurística, onde casas nobres disputam o controle do planeta desértico Arrakis, a única fonte da especiaria melange – substância rara e valiosa, que é crucial para viagens espaciais e prolonga a vida. A história acompanha um jovem nobre, aspirante à líder político e religioso, que deve navegar intrigas políticas e o ambiente hostil das dunas, enquanto lidera um povo reprimido à revolução. Utilizando o conceito de Orientalismo de Edward Said, iremos abordar estereótipos criados pelo Ocidente, utilizando o binário “nós” e “eles”, para comparar os acontecimentos políticos do Oriente Médio com a narrativa de Frank Herbert.

Palavras-chave: Orientalismo; Estados Unidos; Oriente Médio.

ABSTRACT

From the perspective of an American author during the Cold War, the science fiction novel *Dune* (1965) was born. Set in a futuristic reality, noble houses battle for control of the desert planet Arrakis, the sole source of the spice melange—a rare and valuable substance crucial for space travel and life extension. The story follows a young nobleman, aspiring to be a political and religious leader, who must navigate political intrigue and the hostile dune environment while leading an oppressed people to revolution. Utilizing Edward Said's concept of Orientalism, we will address stereotypes created by the West, using the “us” versus “them” binary, to compare real-world Middle Eastern political events with Frank Herbert's narrative.

Keywords: Orientalism; United States; Middle East.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. O ORIENTE COMO UMA INVENÇÃO DO OCIDENTE.....	11
2.1 Geografia como uma construção social.....	14
2.2 Orientalismo à moda estadunidense.....	17
2.3 Aspectos Orientalistas em Duna (1965).....	20
3. A GUERRA FRIA NO ORIENTE MÉDIO.....	22
3.1 O primeiro período (1945-1953): a criação de um Estado sionista e a ascensão do nacionalismo árabe.....	26
3.2 O segundo período (1953-1979): Crises, guerras, revoluções e intervenções.....	29
3.2.1 A era do petróleo.....	34
4. O ORIENTE MÉDIO ATRAVÉS DAS LENTES ESTADUNIDENSES.....	37
4.1 Apresentação do mundo secundário e seus personagens.....	37
4.1.1 Fremen: Os povos autóctones de Arrakis.....	40
4.2 Mundo primário versus mundo secundário: o poder do deserto.....	41
5. CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, a arte é utilizada como um instrumento político, seja de forma direta ou indireta. A escrita de um livro de ficção científica pode não se apresentar como uma reflexão política, porém quando se analisa o contexto político-histórico ao mundo construído pelo autor, podemos notar as suas influências na narrativa. A partir deste ponto de vista, podemos analisar a complexidade política e social criada em *Duna*, de Frank Herbert, como um reflexo político da visão estadunidense do Oriente.

À época do lançamento de *Duna* (1965), os Estados Unidos já haviam se estabelecido como potência mundial e cravavam a Guerra Fria contra a União Soviética, visando combater a expansão do comunismo no mundo. Neste contexto, ambos países não mediram esforços para criar zonas de influência em diversas regiões do mundo, em especial no Oriente Médio, visando o lucro de recursos naturais, como o petróleo e o gás natural, que se encontram em abundância na região. Assim, a partir da ficção científica de Herbert, iremos abordar o intervencionismo estadunidense na Guerra Fria e a visão do “Outro” espelhadas nas dinâmicas de poder, religião e exploração de recursos naturais apresentadas no mundo de *Duna*, assim criando uma ponte entre o Orientalismo de Edward Said e a política inicial dos Estados Unidos como potência.

Em suma, a ficção científica de Herbert apresenta um momento de mudança do paradigma universal do seu mundo fictício, em que, após oitenta anos no controle do mélange¹, a Casa dos Harkonnen perdem seu feudo para a Casa dos Atreides. Diante disso, podem ser feitas analogias entre Arrakis e o Oriente Médio e entre o mélange e o petróleo, além de analogias entre as duas Casas rivais (Atreides e Harkonnen) e as duas potências mundiais no contexto da época (EUA e URSS). O planeta de *Duna* é único, misterioso e com um povo considerado hostil, além de produzir e armazenar uma rara especiaria. Dessa forma o Oriente Médio é visto e estereotipado até os dias atuais.

Não obstante, o islamismo é outro elemento de correlação importante para a ficção. O povo Fremen foi inspirado em aspectos culturais e linguísticos na cultura árabe e na religião islâmica. Em uma entrevista para o Georgetown Journal of International Affairs, Durrani (2023, p. 78, tradução nossa) aponta que “o envolvimento com o Islã [e o Oriente Médio] não é apenas um envolvimento superficial, linguístico ou estético, mas algo muito mais profundo que vai além de todas essas linguagens e referências interessantes”.

¹ O mélange, ou especiaria, é um narcótico produzido unicamente em Arrakis, devido às condições naturais do planeta, do qual o Império se beneficia economicamente.

Ademais, entender as origens e o desenvolvimento do Orientalismo não é apenas compreender um fenômeno intelectual ou acadêmico, mas também investigar as dinâmicas de poder e exploração que marcaram as interações entre o Ocidente e o Oriente ao longo da história. A obra de Said, ao examinar as maneiras pelas quais o Oriente foi representado e entendido no Ocidente, oferece uma lente crítica através da qual podemos analisar a persistente desigualdade e as distorções nas percepções ocidentais do oriental. Dessa forma, buscaremos interligar conceitos orientalistas com as dinâmicas apresentadas no livro *Duna*, que representam essa perspectiva.

2. O ORIENTE COMO UMA INVENÇÃO DO OCIDENTE

Em 1798, Napoleão Bonaparte leva ao Egito a primeira grande expedição² de um império moderno. A invasão francesa tinha três objetivos: o primeiro deles sendo o estabelecimento de uma nova colônia, que, de certa forma, estava interligada ao segundo objetivo, que seria criar uma ameaça às colônias britânicas orientais. No entanto, o terceiro seria “ensinar e aprender” (Sampaio, 2009, p. 126) – ensinar a modernidade europeia para os nativos e aprender a cultura e a história dessa terra, até então, desconhecida. Dessa forma, Napoleão tomou Alexandria em julho de 1798, com 54 mil soldados e 150 pesquisadores ao seu lado. Estes pesquisadores tinham como missão criar representações artísticas do oriente, capturando a cultura e a história local.

A partir dessa expedição, deu-se início à construção do Orientalismo (Paschoal, 2021). Este conceito, criado por Edward Said em 1978, oferece uma crítica à forma como o Ocidente construiu e representou o Oriente, para servir aos seus interesses ocidentais. Dessa forma, criou-se uma imagem congelada da cultura e da história do Oriente, que passou a ser reproduzida por diversos artistas ao longo dos anos. Esse “novo tipo de conquista imperial”, a conquista do conhecimento, reafirma o desequilíbrio da balança de poder, onde o domínio imperial é legitimado a partir do momento que o Ocidente se declara detentor do conhecimento sobre as sociedades orientais.

Mas qual seria, de fato, a definição de orientalismo? De acordo com Said, pode-se dizer que existem três possíveis definições, sendo elas: (I) o Orientalismo, em sua forma erudita, como uma designação acadêmica; (II) o Orientalismo como uma distinção ontológica e epistemológica (Said, 2007, p. 30) feita entre o Oriente e o Ocidente; e, por último, (III) o Orientalismo como uma instituição ocidental que tem autoridade sobre o Oriente. Pode-se dizer que essas definições são interdependentes, tendo em vista que, de certa forma, elas se complementam.

O autor, concisamente, apresenta que o Orientalismo consiste neste conjunto de definições que estão inevitavelmente envolvidos em toda discussão pertinente ao Oriente e aos orientais. A certa maneira,

² A expedição napoleônica marcou o início da popularização do Orientalismo erudito na Europa, tendo em vista que foi o primeiro contato científico que o Ocidente teve com o Oriente. As representações culturais e políticas criadas naquela época, permaneceram predominantes nas perspectivas ocidentais contemporâneas de como um são os povos orientais. (SAID, 2007)

[...] o Orientalismo impunha limites ao pensamento sobre o Oriente. Mesmo os escritores mais imaginativos de uma era, [...] sofreram restrições no que podiam experimentar ou dizer sobre o Oriente. Pois o Orientalismo constituía em última análise uma visão política da realidade, cuja estrutura promovia a diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, “nós”) e o estranho (o Oriente, o Leste, “eles”). (Said, 2007, p. 89)

Tais limites provinham de uma concepção intrínseca à ímpetos coloniais que, de certa forma, fazem parte da identidade cultural ocidental. Assim, surge uma necessidade de conhecer o “Outro”, porém não necessariamente em um sentido de aceitação das diferenças ou entendimento dos povos orientais como civilização (em comparação ao estilo de vida europeu), mas para que a balança de poder imperial seja legitimada, a partir do conhecimento expresso, tanto para o Oriente como para outros países ocidentais (Said, 2007).

Por este motivo, para que haja um completo entendimento das raízes do Orientalismo, é necessário investigar a relação entre a exploração cultural e o domínio das terras orientais, além do desenvolvimento dos impérios francês e britânico. Durante séculos, as potências europeias buscaram controlar territórios no Oriente, seja por meio da colonização direta ou por meio de mecanismos de exploração econômica e política. Esses processos foram fundamentais para o crescimento das economias europeias e para a construção de um império global que garantisse à Europa poder e prestígio. No entanto, esse processo colonial não trouxe os mesmos benefícios para as sociedades orientais. Pelo contrário, as populações colonizadas sofreram com a imposição de estruturas de poder, exploração de recursos naturais e uma repressão cultural e social.

Dentro desse contexto, a corrente de pensamento orientalista – especialmente na sua forma erudita – justifica moralmente o colonialismo ao apresentar o Oriente como uma região que necessitava da intervenção ocidental para se tornar “civilizado”. Essa visão serviu como uma justificativa ideológica para o domínio europeu, com a narrativa de que as populações orientais eram, de alguma forma, “inferiores” ou “incapazes” de alcançar um nível de desenvolvimento semelhante ao da Europa. Esse pensamento não só consolidou a ideia de uma Europa “superior”, como também reforçou a ideia de que os povos orientais precisavam da “ajuda” ocidental para se tornarem mais “organizados”, “desenvolvidos” e, de certo modo, mais “civilizados” (Said, 2007).

A noção de civilização adotada pelos ocidentais foi amplamente estudada e incentivada por antropólogos, como Lewis Henry Morgan. Morgan foi um etnólogo

americano, considerado o principal fundador da antropologia, com seus trabalhos sobre sistemas de parentesco e evolução cultural (Britannica, s.d.).

Em seu estudo sobre a evolução cultural, Morgan aborda a civilização como sendo o último estágio dessa evolução. Para o pesquisador, a sociedade passa por três estágios: “selvagem”, “bárbaro” e “civilizado” (Morgan, 1877), como demonstrado na tabela abaixo. É notável que seu conceito de sociedade civilizada descreve a sociedade europeia e estadunidense da época. Um exemplo seria a noção de uma unidade familiar civilizada como se tornando progressivamente menor ao longo do desenvolvimento da sociedade (Chakov; Long, s.d.).

Evolução Cultural	
Estágios	Características
Civilizado	Sociedade capitalista e patriarcal; monogamia e monoteísmo; Estados democráticos; evolução da escrita e outros meios de comunicação; industrialização.
Bárbaro	Desenvolvimento da agropecuária e do uso de metais; poligamia e politeísmo; noções de propriedade privada e Estado-nação; sociedade majoritariamente dividida em clãs familiares.
Selvagem	Extintos básicos de sobrevivência, foco na subsistência, desenvolvimento de ferramentas que facilitam a caça (arco e flecha) e descobrimento do fogo.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Morgan (1877), 2025.

A pesquisa de Morgan se tornou influente no século XIX, tendo em vista que sua visão de “civilização” estava alinhada aos princípios Ocidentais. Estudos como este eram apresentados como uma justificativa para a continuidade das “missões civilizadoras”, que tomavam conta do Oriente (Silva, 2016).

Além disso, essa perspectiva ajudou a consolidar a visão do “Outro” como um ser distinto, hostil e primitivo, que não possuía as qualidades da civilização ocidental. O “Outro” era visto como um ser sem educação, sem razão e, consequentemente, como uma sociedade não evoluída, necessitando da tutela ocidental para se integrar ao mundo moderno. Esse processo de construção do “Outro” teve efeitos devastadores, pois desumanizou e inferiorizou os povos do Oriente, ao mesmo tempo em que alimentava a ideia de uma Europa “superior” e com a missão de “educar” e “domar” as terras orientais (Said, 2007).

É importante notar que, Said usa o conceito de hegemonia de Gramsci (1971 *apud* Said, 2007) e as relações entre poder e conhecimento, apresentadas por Foucault (1977 *apud* Said, 2007), como base para explicar as representações ocidentais do Orientalismo erudito. Como apontado por Kandiyoti (2002), Gramsci relaciona a manutenção da dominância ocidental com a utilização da liderança cultural e intelectual. Ou seja, a utilização do conhecimento adquirido por meio de expedições, como a de Bonaparte, contra o próprio povo estudado. Além disso, a relação de poder e conhecimento de Foucault é utilizada por Said para mostrar que o conhecimento ocidental sobre o Oriente não é objetivo. As relações de poder advindas da dinâmica hegemônica, leva a uma mudança na percepção de mundo, fazendo com que sejam criados binários (“nós” e “eles”) que legitimam a dominação colonial (Kandiyoti, 2002).

A representação constante de povos como exóticos e selvagens leva Edward Said a argumentar que a imposição da ideia de uma Europa superior ao Oriente garantiu a longevidade do pensamento orientalista, sustentado justamente por essa relação assimétrica de poder e dominação simbólica (Said, 2007).

Nesta pesquisa, pretendemos apresentar como esta percepção foi aplicada no livro de Frank Herbert, *Duna*. A ficção científica foi baseada nos costumes e na língua árabe, apresentando um povo, que é visto a partir do binário “nós” e “eles”. Os Fremen, o povo do planeta desértico Arrakis, são considerados “selvagens” aos olhos do Império, por armarem uma revolução contra as Casas que os controlam. Além disso, assim como na história do Oriente, Arrakis passa por um processo de colonização, para garantir a ascensão de um império dominante. De fato, conseguiremos entender esta comparação em sua amplitude no capítulo 3 deste trabalho, onde iremos comparar a história dos Fremen com os acontecimentos no Oriente Médio, após uma nova potência surgir para levar a “civilização” para ambos os lugares.

2.1 Geografia como uma construção social

Para uma compreensão mais ampla da análise de Said, também discutimos o conceito geográfico do “Oriente”. Esta concepção, após a queda do império romano, partiu de um pressuposto cristão, que dividia o mundo em cristão e islâmico. Por um tempo, a Europa virou o centro do mundo cristão e a Ásia (junto com o norte da África) ficaram conhecidos como o mundo islâmico, que seria uma ameaça ao cristianismo e a todo o continente europeu (Macfie,

2002). No século XVII, Hegel, um filósofo alemão, apresentou a subdivisão oriental: Oriente Próximo (onde as nações tinham habitantes majoritariamente caucasianos) e Extremo Oriente (onde habitavam os “mongóis”). Entretanto, no século XIX, alguns europeus passaram a se referir a grande parte do território otomano como Oriente Médio (Macfie, 2002).

Quando falamos de Oriente, nos dias atuais, estamos nos referindo a uma vasta área que abrange todo o continente asiático, o norte da África e o Oriente Médio. A visão ocidental sobre essa região foi dominada por uma ideia de lugares exóticos e desconhecidos, associados à mistificação e ao exotismo, que contrastavam com a realidade europeia. Essa construção do Oriente como “misterioso” e “enigmático” contribuiu para a formação de uma imagem distorcida das sociedades orientais. A partir desse pensamento, Said apresenta o conceito de *imaginative geography* (Said, 1985, p. 90) ao apontar que a separação do ocidental e oriental não é natural, mas que foi imaginada pelo ser humano. De fato, os limites geográficos de uma nação é definido pelo ser humano; contudo, neste caso, as fronteiras não foram imaginadas pelos seus habitantes, em um processo gradual.

Os povos ocidentais construíram esta divisão utilizando suposições ideológicas e estratégicas, como é visto até os dias atuais no território palestino ocupado. Dessa forma, podemos ver que a geografia está de fato interligada com as relações de poder e conhecimento, considerando que este por muito tempo foi baseado em questões ideológicas, centradas na religião (especialmente, no sistema católico). Uma demonstração disso são os mapas; Harley (2009) apresenta a cartografia como um tipo de linguagem, que pode ser criada e interpretada de diversas formas.

No período das Cruzadas, os mapas não tinham como objetivo principal a precisão geográfica; sua criação cumpria propósitos religiosos, artísticos e políticos, como a centralidade de Jerusalém, que representava o poder supremo ligado à religião (Firth-Godbehere, 2012). No entanto, os mapas representavam uma forma de poder e conhecimento apenas para os ocidentais. Marshall (2018) aponta que até a colonização europeia no Oriente Médio, não se tinha noção de Estado-nação ou divisão territorial. A construção dos Estados foi feita a partir de uma divisão feita pelos impérios francês e britânico em 1916, em um acordo secreto de divisão dos territórios após a queda do Império Otomano. Como apontado pelo autor:

A noção de que o homem de certa área não poderia viajar através de uma região para visitar um parente da mesma tribo a menos que tivesse um documento, fornecido a ele por um terceiro homem que ele não conhecia, numa cidade distante, fazia pouco sentido. A ideia de que o documento era

emitido porque um estrangeiro tinha dito que a área agora tinha duas regiões e inventava nomes para elas não fazia absolutamente nenhum sentido e era contrária à maneira como a vida fora vivida durante séculos. (Marshall, 2018, p. 204)

A partir deste ponto de vista e do argumento de Said (1985) de uma *imaginative geography*, notamos o legado deixado pelo colonialismo europeu: os Estados-nação do Oriente Médio, criados por estrangeiros, são formados de agrupamentos incoerentes com os clãs, tribos e seitas que existem na região. Por este motivo, desde a delimitação de fronteiras, existem guerras religiosas internas e marginalização de minorias. Podemos identificar esse pensamento no contexto do Iraque, onde a divisão entre sunitas e xiitas dificultava a formação de um sentimento nacional unificado, favorecendo a manutenção de estruturas de poder fragmentadas e tensões internas recorrentes (Marshall, 2018). O Iraque foi formado por, basicamente, três regiões mesopotâmicas: a Suméria, a Babilônia e a Assíria. Por muitos séculos, os impérios que controlavam a área, deixavam as regiões divididas similarmente. Contudo, a divisão feita pelos britânicos e franceses foi contra toda lógica de identidade cultural, religiosa e social dos territórios. Com isso, a incoerência religiosa e cultural levou a conflitos complexos que continuaram a ser perpetuados até a modernidade. Além disso, esses Estados passaram a ser governados por líderes que tendem a favorecer sua própria seita (ou tribo), fazendo com que todos que se encontravam no território demarcado pelos europeus tivessem que lidar com uma autoridade desigual e injusta, mostrando que “as pessoas nunca foram unificadas, apenas congeladas por medo” (Marshall, 2018, p. 208).

Vale citar que, os curdos foram um dos povos que mais sofreram com essa designação geográfica imaginada e desenhada pelo império britânico. Diferentemente de outras regiões, o Curdistão era geograficamente determinado e numerosos o bastante para conseguirem reagir ao autoritarismo de Saddam Hussein. Contudo, apesar disso, outras questões territoriais e intervenções ocidentais, juntamente com a perseguição dos povos curdos, fizeram com que não fosse possível a legitimação do Curdistão como Estado (Marshall, 2018).

Em vista disso, podemos dizer que a divisão geográfica por parte da colonização européia, influenciou os limites geopolíticos modernos do Oriente Médio. Os mapas gerados a partir dessa divisão, tinham foco nos interesses estratégicos da Europa e levou à supressão das formações locais. Por conseguinte, a formação de identidades nacionais foram feitas sobre a tutela dos colonos, levando a um processo abrupto de formação de nações baseado no medo (Antrim, 2018).

Antrim (2018) ainda analisa que a cartografia criada a partir dessa divisão levou a legitimação da superioridade europeia e gerou consequências nas estruturas políticas e no sentimento de nacionalismo (ou a falta dele, em alguns Estados). Apesar da tentativa europeia de dividir as regiões a partir de aspectos etnolinguísticos e religiosos, associado à narrativa de civilização moderna, a determinação forçada dos povos foi uma forma de subjugar e controlar as novas nações em favor dos interesses imperialistas eurocêntricos. Outrossim, as entidades políticas já existentes nos territórios eram, no geral, desconstruídas ou abandonadas, visando a “reabilitação” (Antrim, 2018, p. 125) das sociedades, baseada na evolução cultural europeia.

Por fim, os aspectos de cartografia discutidos nos levam a relacioná-los com os conceitos de *imaginative geography* de Edward Said (2007), discutida anteriormente, e de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (1983), em que as nações são imaginadas a partir de fatores que impulsionam os indivíduos a se perceberem como parte da mesma coletividade.

A imagem da delimitação geográfica ajuda na construção de um sentimento nacional a partir da comunidade imaginada e representada na cartografia. Contudo, essa relação é apenas apresentada a partir de uma visão nacional do mapa, que passou a ser adotada por alguns Estados árabes no século XX. Vale citar que, o caso da Palestina demonstra as promessas não cumpridas no processo de colonização, fazendo com que o mapa de seu território não possa ser distinguido por “nacional” ou “colonizado”. Diferentemente do Irã, que construiu uma política autoritária e de marginalização de minorias para alcançar sua independência e legitimando-a com o mapeamento de sua nação (Antrim, 2018).

2.2 Orientalismo à moda estadunidense

Apesar das raízes do Orientalismo estarem ligadas aos impérios europeus, Said (2007) propõe uma abordagem do conceito no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em um momento de mudança no paradigma mundial. Após 1945, o cenário político global sofreu uma reviravolta significativa, marcada pela devastação das potências coloniais que dominavam a política internacional antes da guerra. As grandes potências europeias, como a França e a Grã-Bretanha, estavam em ruínas econômicas, sociais e políticas, incapazes de manter o controle sobre suas vastas colônias. A Segunda Guerra Mundial, com seus custos humanos e materiais, enfraqueceu essas nações, que enfrentavam dificuldades internas

imensas, o que tornava impossível sustentar o império colonial. Como consequência, os impérios colonialistas cederam espaço para novas dinâmicas de poder.

Nesse contexto, os Estados Unidos e a União Soviética emergem como as novas superpotências globais, cada uma tentando expandir sua influência e estabelecer esferas de domínio. Esse novo cenário de rivalidade entre as duas potências superou a ordem imperial europeia e introduziu a Guerra Fria, uma luta ideológica e geopolítica que definiu o equilíbrio de poder global nas décadas seguintes. A partir desse momento, o Orientalismo não apenas refletiu a visão de domínio imperial, mas também se transformou em um campo de disputa política e ideológica, com os Estados Unidos e a União Soviética tentando reinterpretar e manipular as representações do Oriente para servir aos seus próprios interesses estratégicos.

Little (2008) apresenta que a mentalidade orientalista e de superioridade europeia, de certa forma, se impregnou nos estadunidenses ao dominarem o Oriente. A suposta necessidade de “civilização” pelos orientais, havia apenas passado de um tutor para outro. No entanto, Weir (2019) argumenta que a perspectiva europeia vem de uma abordagem colonialista e que, neste aspecto, os Estados Unidos foi apenas mais uma vítima das ambições imperialistas britânicas. À medida que Said concorda com o fato de serem orientalismos distintos, ele argumenta que, no pós Segunda Guerra, os estadunidenses trataram o Oriente como os franceses e os britânicos outrora os trataram.

A justificativa para a argumentação de Weir (2019), parte do pressuposto que os Estados Unidos sofreram uma grande desmoralização após a Guerra do Vietnã. Além disso, seu texto desafia os argumentos de Said com relação ao Orientalismo americano antes dos anos 1950, ao abordar que seu conteúdo com relação a este período é falso e indiferente.

[...] his assessment of American Orientalism prior to 1950 is understated, almost dismissive: “[I]n the United States knowledge of the Orient never passed through the refining and reticulating and reconstructive processes, whose beginning was in philological study, that it went through in Europe.” On the contrary, those “refining and reticulating and reconstructive processes,” inspired by philological investigation, are very much a part of the American experience of the Orient, which begins in the eighteenth century with the printing, however limited, of classic Chinese texts in translation and the widespread study of mythographic material about Eastern systems of religion. (Weir, 2019, p. 204)³

³ [...] sua avaliação do Orientalismo americano antes de 1950 é contida, quase desdenhosa: “Nos Estados Unidos, o conhecimento sobre o Oriente nunca passou pelos processos de refinamento, articulação e reconstrução, cujo inicio foi no estudo filológico, pelos quais passou na Europa.” Ao contrário, esses “processos de refinamento, articulação e reconstrução”, inspirados pela investigação filológica, fazem parte da experiência americana do Oriente, que começa no século XVIII com a publicação, ainda que limitada, de textos clássicos chineses em tradução e o amplo estudo de material mitográfico sobre sistemas religiosos orientais. (WEIR, 2019, p. 204, tradução nossa)

O uso de “textos chineses traduzidos” por Weir (2019) como sendo um elemento de contradição ao pensamento de Said, de que os Estados Unidos adotaram a perspectiva imperialista europeia, é inconsistente. Para analisarmos essa ambição demonstrada pelos estadunidenses, será necessário observar sua movimentação com relação ao Oriente Próximo, tendo em vista que o foco econômico está ligado aos recursos naturais em abundância nestes países.

Apesar das tentativas, o imperialismo europeu não conseguiu colonizar a China. Em certos momentos da história, haviam zonas influenciadas por Impérios estrangeiros, contudo não chegaram a ser colonizados no sentido tradicional da palavra. Ademais, após a Guerra Civil e o estabelecimento da República Popular da China, o país passou a conduzir sua coexistência com os demais a partir de cinco princípios, que exaltam a cooperação e a soberania estatal. Estes aspectos diferem da forma como o Oriente Médio foi tratado, tanto pelo imperialismo europeu quanto pelo neocolonialismo estadunidense.

A Declaração de Balfour de 1917 é um exemplo de resquício do Império Britânico, que aflorou com o crescimento da influência mundial dos Estados Unidos. Essa declaração refletia os interesses imperialistas da Grã-Bretanha, que tinha como interesse principal o Canal de Suez. Segev (2000; *apud* Shlaim, 2016) resume os eventos na região da seguinte forma: os britânicos entraram na Palestina para defendê-los dos turcos; decidiram ficar para impedir a França de chegar ao Suez; logo, passaram a terra para os sionistas, como demonstração de sua “admiração” pelos judeus. O documento foi o ponto de partida para o estabelecimento do Estado de Israel em 1947, com o apoio dos Estados Unidos, sendo o primeiro país a reconhecer sua legitimidade.

Em suma, o Orientalismo estadunidense carrega uma bagagem imperial, de forma indireta. Ou seja, é uma experiência baseada em abstrações e representações criadas pelos colonizadores europeus. Além disso, Edward Said fala em uma entrevista (Jhally, 1998) que uma das principais diferenças entre o Orientalismo europeu e o norte-americano está na politização baseada em Israel. O Orientalismo europeu mantinha seu foco em seus próprios objetivos geopolíticos e estratégicos, enquanto os Estados Unidos transporta o sentimento anti-islâmico do Estado judeu para sua própria política externa.

Visando este aspecto, Said discute o elemento de um “Estado ocidental em meio aos Estados islâmicos” (Jhally, 1998, s.p), considerando que Israel se considera parte do Ocidente. Essa perspectiva também é trazida para a política estadunidense. Ao mesmo tempo, todo

conteúdo midiático consumido por países ocidentais (e os influenciados por estes) giram em torno de uma representação do Oriente Médio desenhada de acordo com a política estadunidense. Filmes, livros e outras formas de arte produzidas nos Estados Unidos expressam essa nova representação do binário “nós” e “eles”, que foi modificado para um Orientalismo à moda estadunidense.

No capítulo seguinte, iremos abordar a história da dominação estadunidense do Oriente Médio em meio a Guerra Fria contra a União Soviética. A partir do contexto histórico, conseguimos comparar, no terceiro capítulo, as intervenções e doutrinas aplicadas à ficção construída em *Duna*.

2.3 Aspectos Orientalistas em *Duna* (1965)

A lente do Orientalismo de Said é crucial para analisar como o Ocidente constrói representações do Oriente. Como dito anteriormente, o autor argumenta que o Orientalismo não é apenas um campo de estudo, mas uma forma de demonstração de poder utilizado pelos governos ocidentais que apresenta o Oriente como passível de dominação (Said, 2007). Ainda que Frank Herbert demonstre em sua obra um grande conhecimento de culturas orientais, em especial a cultura árabe, podemos notar alguns pontos que podem ser considerados orientalistas, conforme o conceito de Said.

O ponto mais explícito é o da redução de uma cultura complexa aos mesmos estereótipos utilizados pelo Ocidente para descrever os orientais. Herbert claramente se inspira nos povos beduínos, berberes e outros grupos do deserto do Oriente Médio e Norte da África para criar os Fremen. No entanto, ao condensar uma vasta gama de culturas e histórias em um único povo do deserto com características marcadamente místicas, guerreiras e resilientes, ele, inadvertidamente, reforça a ideia orientalista de um Oriente homogêneo e exótico.

Outro ponto é a profecia que aponta para um salvador “de fora”, com características extremamente ocidentais, que surge para salvar o povo “hostil”. Apesar da utilização da narrativa de um complexo de salvador branco ter sido descartado por estudiosos como Durrani (2020), afirmando que o intuito de Herbert com a ficção foi de criticar homens brancos que tinham esse intuito, como T. E. Lawrence; ainda podemos perceber essa narrativa na profecia criada pela Bene Gesserit e no próprio Paul Muad'Dib Atreides. A profecia do “Lisan al-Gaib” (a voz de fora) reflete uma argumentação importante do Orientalismo: a

necessidade de intervenção ocidental para “civilizar” ou “libertar” o Oriente de suas próprias supostas deficiências.

A Bene Gesserit é uma ordem de mulheres com poderes mentais e políticos, que plantam essas profecias messiânicas em planetas considerados primitivos, como Arrakis. Isso sugere uma visão cínica e orientalista de que as crenças religiosas dos povos orientais podem ser facilmente manipuladas e exploradas para fins políticos ocidentais, reforçando a ideia de uma população nativa passiva e receptiva à influência externa. A ordem é um exemplo claro de uma instituição orientalista, em sua forma mais erudita do conceito. Iremos expandir esse diálogo entre o conceito de Said e a ficção de Herbert no capítulo três deste trabalho.

Assim como a grande expedição napoleônica de 1798, a ordem Bene Gesserit tinha sua própria expedição chamada “missionária protectiva”, que teve seu início séculos antes dos acontecimentos de *Duna*. A Missionária Protectiva é um programa religioso, que tinha o objetivo de manipular as massas através da religião, para que as Irmãs da ordem, independente do planeta que estivessem, sempre pudessem estar protegidas. Podemos notar bem essa manipulação quando Lady Jéssica, antes de tomar a “água da vida” – um veneno extraído dos vermes que vivem no deserto – para virar a nova Reverenda Madre, pensa: “Não tive escolha, a não ser fazer isto (...) Temos de agir com rapidez para garantir nosso lugar entre os fremen” (Herbert, 2017, p. 449). Além disso, nos é revelado que o treinamento de uma Bene Gesserit envolve provar venenos e drogas. Ou seja, o ritual sagrado que provaria que Jéssica é digna de ser uma Reverenda Madre é, de certa forma, manipulado para mostrá-la como mãe do Lisan al-Gaib. Em outras palavras, Lady Jéssica sempre soube que poderia usar da Missionária Protectiva para ganhar a lealdade dos Fremen.

Ademais, Herbert utiliza extensivamente vocabulário e conceitos árabes e islâmicos (como Jihad, Mahdi e Shai-Hulud). Embora isso adicione autenticidade ao mundo, a apropriação desses termos para um cenário ficcional, sem sempre explorar suas nuances e complexidades originais, pode ser vista como uma forma de fetichização cultural, onde elementos orientais são emprestados para criar um ambiente exótico.

3. A GUERRA FRIA NO ORIENTE MÉDIO

A queda dos grandes impérios europeus foi um acontecimento completo – com início, meio e fim. Após a Primeira Guerra Mundial, deu-se início ao fim, abrindo o mundo para potências emergentes, que não haviam sofrido com as devastações do conflito armado. Os Estados Unidos era uma dessas potências, que trazia consigo a esperança e um novo sonho – o sonho americano. No entanto, em meio a este processo, os impérios francês e britânico conseguiram manter seu poder no Oriente Médio, visando seus interesses estratégicos e legitimando sua posição mundial (Frankopan, 2019).

Apesar da Primeira Guerra ter enfraquecido as potências europeias, a vitória do conflito deixou muitos ganhos para a França e Grã-Bretanha. O maior deles foi a ocupação de áreas estratégicas no Oriente, que antes pertenciam ao Império Otomano, após o Tratado de Sérres⁴. No entanto, em meio a conflitos e acordos, o nacionalismo árabe crescia, com algumas revoltas apoiadas pelo governo britânico, utilizando o cunho antiotomano para sua própria vantagem. O que esses árabes não esperavam era o Acordo Sykes-Picot, que se escondia em gabinetes imperiais, comprovando as ambições territoriais da França e da Grã-Bretanha (Rogan, 2021).

Entre 1915 e 1917, a Grã-Bretanha desenhou três acordos diferentes, referentes às terras de domínio otomano. Concomitante ao Acordo Sykes-Picot, cartas eram trocadas com o *sharif* de Meca, Hussein, para que este liderasse uma revolta árabe contra os otomanos. Nas cartas continham promessas de um reino árabe, governado pela dinastia dele⁵, se ajudassem os britânicos na Guerra. O jogo duplo feito pela Grã-Bretanha foi exposto ao final de 1917, com a publicação da Declaração de Balfour⁶, seu terceiro acordo, desta vez com os sionistas (Rogan, 2021).

Com o colapso do Império Otomano, acordos não cumpridos e as potências da Entente focadas na Conferência de Paz de Paris; por um breve período, entre outubro de 1918 e julho de 1920, os nacionalistas árabes acreditaram que a criação de uma comunidade independente

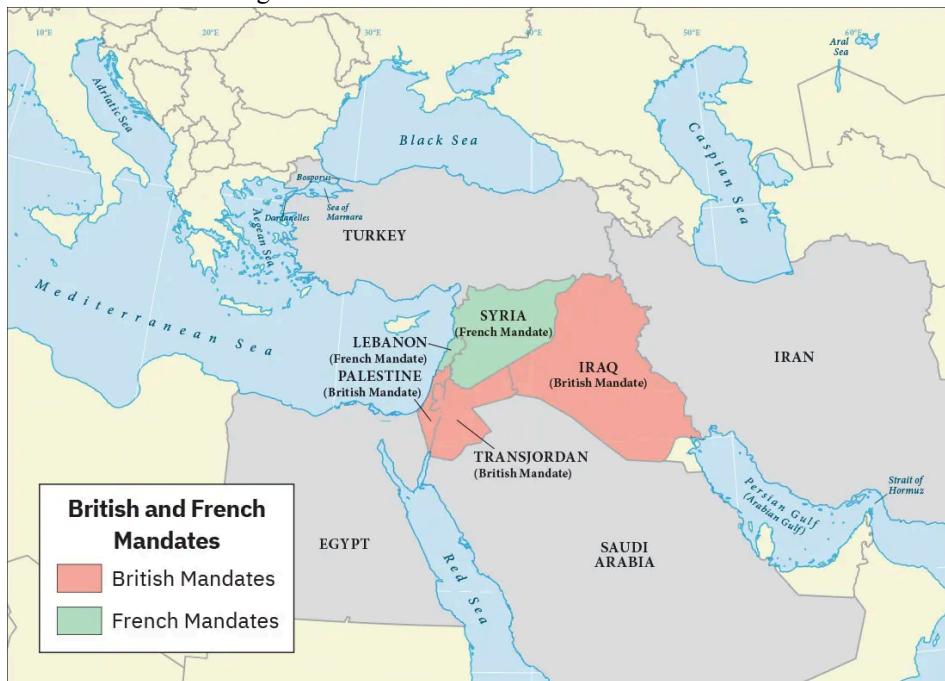
⁴ O Tratado de Sérres foi um acordo assinado pelos Aliados e pelo Império Otomano após a Primeira Guerra. O Tratado tinha como objetivo a divisão de territórios otomanos para criação de Estados sob protetorado das potências europeias. Além disso, previa-se a criação de um Estado curdo e a extensão da Armênia. (AL-MARASHI; GOLDSCHMIDT JR., 2021)

⁵ Hussein fazia parte da dinastia Hachemita, que, posteriormente, assumiu o governo do Reino da Arábia. (Ibid.)

⁶ A Declaração de Balfour foi uma carta do ministro de Relações Exteriores britânico, Arthur Balfour, para o líder da Organização Sionista Mundial, Chaim Weizmann. A carta declarava que o governo britânico iria facilitar a transformação da Palestina em uma pátria nacional para o povo judeu. (ROGAN, 2021)

e unificada seria viável, a partir da lógica da nova ordem mundial. No entanto, após ignorarem a Comissão King-Crane⁷, os impérios britânico e francês persistiram na divisão do mundo árabe de acordo com seus próprios interesses (Rogan, 2021).

Imagen 1: Mandatos britânico e francês no Oriente Médio



Fonte: Louis Pressbooks, s.d.

O auge da colonização no Oriente Médio ocorreu no período entre guerras, onde apenas três países do Oriente Médio não estavam sob mandato ou protetorado de uma potência europeia: a Turquia, o Irã e a Arábia Saudita (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021). Os anos de mandatos inglês e francês nesta região não foram fáceis. Ambos impérios sofreram com os movimentos nacionalistas, contudo foi o crescente fascismo na Europa “que transformou as possessões da Grã-Bretanha no Oriente Médio no ponto vulnerável de seu império” (Rogan, 2021, p. 298).

A explosão de outra Grande Guerra, ao final da década de 30, fomentou outro processo de mudança do paradigma mundial. A França havia sido derrotada e se retirado do conflito, fazendo com que os avanços italiano e alemão ameaçassem suas colônias no Magreb⁸ e uma parte do Egito britânico. Segundo Hourani (2006), apesar da guerra ter terminado com

⁷ O presidente estadunidense, Woodrow Wilson, propôs enviar uma comissão multinacional de investigação para a Grande Síria, com o objetivo de descobrir qual o verdadeiro desejo do povo sírio. No entanto, ambos a França e a Grã-Bretanha, por discordarem de alguns pontos da comissão, não enviaram representantes, tornando-se uma comissão americana. Ao final, ambos representantes estadunidenses, escreveram um relatório para ser apresentado na Conferência de Paz de Paris. (AL-MARASHI; GOLDSCHMIDT JR., 2021)

⁸ O Magreb é uma região da África, também conhecida como “África Menor”. É considerada uma parte ocidental do território árabe, que foi majoritariamente comandada pela França. Os países pertencentes a esta região são: Marrocos, Líbia, Mauritânia, Saara Ocidental, Tunísia e Algéria. (BRITANNICA, s.d)

uma aparente continuidade do domínio britânico no Oriente Médio e do francês no Magreb, suas posições se enfraqueceram aos olhos dos protetorados, que agora exigiam independência completa.

A Grã-Bretanha enfrentava uma grande crise econômica pós-Guerra, necessitando a ajuda dos Estados Unidos. Já a França, além dos problemas econômicos, ainda estaria enfrentando problemas estruturais políticos, que afetariam a manutenção de seu império. Dessa forma, a dominação europeia passaria a ser ofuscada por novos poderes mundiais: a União Soviética e os Estados Unidos, que ao decorrer dos conflitos conseguiram estabelecer suas dominâncias em diferentes regiões globais e dividiram o mundo em dois (Hourani, 2006). Em abril de 1946, todas as tropas francesas seriam evacuadas do Líbano e da Síria, após mais de vinte anos de mandato, lhes concedendo a independência. Ao mesmo tempo, o império britânico, que estava sob pressão, enfrentava uma crise na Palestina, que discutiremos mais a frente.

Embora, no período entre guerras, os Estados Unidos tenham adotado uma postura isolacionista, o acontecimento em Pearl Harbor⁹ foi o marco final da mudança política para o intervencionismo. Dessa forma, após a Segunda Guerra Mundial, o envolvimento dos Estados Unidos crescia, ao mesmo tempo que os impérios perdiam seu lugar de influência no Oriente Médio. Os primeiros cinco anos pós-guerra, formaram o período de independência das nações árabes. Além disso, outros pontos importantes para o contexto internacional estavam acontecendo fora desta região, como a Conferência de Yalta¹⁰, que marcou o início da Guerra Fria e a divisão do mundo em dois grandes blocos. A Guerra Fria pode ser dividida em três períodos (Tuna, 2012), porém, neste trabalho, iremos focar apenas os dois primeiros períodos: o primeiro entre 1945 e 1953; e o segundo entre 1953 e 1979.

Apesar do domínio europeu, os interesses das multinacionais estadunidenses ocupam os territórios do Oriente Médio há décadas, sem influência da política externa dos Estados Unidos. Dessa forma, ao início da Segunda Guerra Mundial, os executivos de petróleo tinham mais poder em Riad e Bagdá que o governo estadunidense. Contudo, tendo em vista a posição estratégica do Oriente Médio, na administração de Harry Truman foi feito um acordo informal com as grandes multinacionais, onde o acesso ao Golfo Pérsico seria facilitado para a extração

⁹ Ataque surpresa executado pela marinha japonesa contra os Estados Unidos, levando-o a declarar guerra contra o Japão em 1941.

¹⁰ Reunião entre Roosevelt (EUA), Churchill (UK) e Stalin (URSS) sobre a dinâmica mundial, especificamente o futuro da Europa, no pós-guerra.

do óleo. Truman visava a integração do Golfo nas estratégias americanas para a Guerra Fria, destacando a sua importância para a segurança nacional, para sua política de contenção e para a implementação do Plano Marshall¹¹ (Little, 2008).

As regras da Guerra Fria eram claras: um país poderia ser aliado dos Estados Unidos ou da União Soviética, mas não poderia ter boas relações com ambos. O povo árabe, de maneira geral, não estava interessado nem no anticomunismo americano nem no materialismo dialético soviético. Seus governos tentaram seguir um caminho intermediário por meio do Movimento dos Países Não Alinhados — sem sucesso. Em determinado momento, cada Estado do mundo árabe foi forçado a tomar partido. (Rogan, 2021, p. 20)

A política de contenção, ou Doutrina Truman¹², foi implementada após a intensificação das disputas entre Estados Unidos e União Soviética por hegemonia global. O Oriente Médio foi um dos palcos para a rivalidade entre as duas potências, fazendo com que o governo estadunidense desenvolvesse uma estratégia para conter o avanço soviético na região. Uma das maneiras encontradas pela administração de Truman, que foi utilizada durante toda a Guerra Fria e até os dias atuais — os investimentos em modernização de equipamentos e maquinário referentes a extração, refino e exportação de petróleo em áreas de maior produção. Essa estratégia fez com que países, onde a economia é baseada no petróleo, dependessem de investimento estadunidense para ampliação de seus negócios, algo que não era o foco da União Soviética, tendo em vista que eram grandes produtores de petróleo (Sella, 1985).

Dessa forma, os países que recebiam esses benefícios se aliaram ao Ocidente, em especial a Arábia Saudita e outros reinos do Golfo Pérsico. Os Estados que não seguiram essa linha, ficaram conhecidos por serem “radicais”, não apenas pela sua ligação com a União Soviética, mas também por terem sido os países que tiveram revoluções no final do período colonial: Síria, Iraque, Iêmen e Egito (Rogan, 2021). Não obstante, em 1948, o mundo árabe foi forçado a tomar partidos mais uma vez: a criação do Estado de Israel com o plano de partição da Organização das Nações Unidas e o subsequente conflito Árabe-Israelense (Rached; Abdurahman, 2021).

¹¹ Foi como o Programa de Recuperação Europeia ficou conhecido. Criado pelos Estados Unidos, o Programa tinha como objetivo ajudar financeiramente na reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. Lembrando que a reconstrução europeia era de interesse dos Estados Unidos, tendo em vista que boa parte da economia estadunidense vinha de países europeus.

¹² A Doutrina Truman foi a política externa utilizada por Harry Truman em seu mandato e tinha como principal objetivo a contenção do avanço soviético, aplicando sua nova política de intervencionismo ao apoiar movimentos democráticos em países ameaçados pelo comunismo.

3.1 O primeiro período (1945-1953): a criação de um Estado sionista e a ascensão do nacionalismo árabe

Desde a Declaração de Balfour em 1917, a migração em massa da população judia para o território palestino acontecia. Em 1947, a Grã-Bretanha admitiu à recém criada ONU, que não poderia mais manter seu mandato na Palestina. Dessa forma, a Assembléia Geral, após a investigação do Comitê Especial para a Palestina, definiu a partilha do território, como indica o mapa abaixo. O plano foi aceito na Assembléia, por maioria dos votos, apenas os Estados-membros árabes se voltaram contra essa medida (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021).

Imagen 2: Mapa do plano de partilha da ONU



Fonte: Organização das Nações Unidas, 1983.

A partilha do território palestino não foi bem recebida pelos povos árabes, levando a uma disputa que se estende até os dias de hoje. Apesar disso, em 1948, o Estado de Israel foi declarado formalmente, causando os países árabes a invadirem a área ocupada, iniciando uma

guerra sem perspectiva de fim. O governo estadunidense foi o primeiro a reconhecer Israel oficialmente, tendo em vista que desde o início de seu mandato, Truman mostrou seu apoio a causa sionista. Isto levou a um declínio das relações dos Estados Unidos com grande parte dos governos árabes, não apenas do Oriente Médio (Rached; Abdulrahman, 2021). Daqui em diante, perceberemos a ascensão do nacionalismo árabe junto a um sentimento anti-americano, que impulsionou diversos conflitos nos anos seguintes.

Para Eugene Rogan (2021), os acontecimentos na Palestina marcaram o fim da influência europeia no mundo árabe. Apesar de ter sido um problema criado pelos britânicos e apoiado por outros europeus, o autor afirma que a incapacidade de resolvê-lo apenas demonstrou a fraqueza das antigas potências após o período de guerras. Ademais, as consequências da criação do Estado sionista foram espalhadas por todo o Oriente Médio, principalmente nos países recém independentes.

A Síria foi tomada por um golpe militar que, apesar de durar menos de 150 dias, marcou o início de uma série de governos militares dentro do país. O coronel Hosni al-Zaim buscava um acordo de paz com Israel, contudo, apesar dos esforços feitos pela ONU e pelo governo estadunidense, o primeiro-ministro israelense se recusou a encontrar Zaim e estabelecer relações políticas com o governo sírio. No Egito, o governo tentava controlar o caos político causado pelo conflito árabe-israelense, com tentativas de repressão da Irmandade Muçulmana, que foi acusada de planejar a derrubada do governo egípcio. Não obstante, os Estados que fazem fronteira com a Palestina foram os que mais sofreram, desde revoluções a assassinatos em nome da política (Rogan, 2021).

Os novos políticos se mostravam “mais conectados com os anseios do povo” (Rogan, 2021, p. 397), levando à promoção de uma união árabe e conduzindo o movimento do pan-arabismo. A ascensão desse movimento também restaurou o sentimento anti-imperialista, que começou no período entre guerras. O Egito estava à frente do movimento nacionalista, com diversas manifestações que demonstraram o descontentamento com a política do país e de todo o mundo árabe, tendo em vista que, após o desastre na Palestina, muitos se tornaram intolerantes aos britânicos.

Após a vitória do Wafd, partido político nacionalista do Egito, houveram tentativas de negociações com os britânicos sobre a independência do país. No entanto, foram negociações falhas. O canal de Suez ainda era um ponto estratégico de extrema importância para a Grã-Bretanha, dessa forma, quando os egípcios revogaram unilateralmente o Tratado

Anglo-Egípcio, os britânicos se recusaram a reconhecer o ato. Por isso, em 1951, guerrilheiros, apoiados pelo governo egípcio, passaram a atacar as instalações britânicas que ainda se encontravam no canal. Não obstante, diversos protestos aconteceram por todo o Egito naquele janeiro de 1952 (Rogan, 2021).

O Sábado Negro, um protesto que havia sido tomado por incendiários e levou à demissão de todo governo wafdista pelo rei Farouk, levou também transformação para a célula política secreta, que atuava dentro do exército egípcio: o Movimento dos Oficiais Livres, liderados por Gamal Abdel Nasser. Tal movimento orquestrou a queda do rei Farouk, em 23 de julho de 1952. A liderança de Nasser apresentou novos rostos à política egípcia, além de significativas mudanças para o povo (Rogan, 2021).

Ainda que a ascensão do pan-arabismo estivesse atingindo grande parte dos países árabes do Oriente Médio, a Arábia Saudita se mostrava fiel aos Estados Unidos. Desde a Segunda Guerra Mundial, os sauditas foram um dos maiores exportadores de petróleo para seu aliado norte-americano. Por este motivo, Roosevelt declarou que defender a Arábia Saudita era vital para a segurança dos Estados Unidos. Porém, a aliança foi apenas formalizada em 1945, com Harry Truman. Com a oficialização dessa aliança, o governo estadunidense ainda criou uma base de treinamento militar, que ajudaria o exército saudita (Purushothaman, 2011).

Esse movimento foi estratégico, por parte dos Estados Unidos. Em um momento em que a União Soviética tentava sua expansão pelo Oriente Médio, uma base militar estadunidense poderia conter suas movimentações. Além disso, apesar das divergências com relação a Israel, o governo saudita compartilhava o pensamento americano com relação aos soviéticos. O sentimento também era dividido com o Irã.

No primeiro período da Guerra Fria, a política iraniana se encontrava no meio da interação entre tensões globais e a ascensão nacionalista. Após a Segunda Guerra, foi decidido pelo Acordo Tripartite¹³ que o Irã seria responsabilidade da União Soviética e da Grã-Bretanha. Com o passar do tempo, os soviéticos começaram a apoiar movimentos separatistas ao norte do país e os partidos comunistas, como o partido Tudeh. A crescente influência soviética se tornou uma ameaça aos olhos britânicos e estadunidenses, que decidiram intervir e apoiar o golpe de Estado de 1953 (Frankopan, 2019).

¹³ O Acordo Tripartite foi assinado em janeiro de 1942. Neste acordo a Grã-Bretanha e a URSS se comprometem em resguardar o povo iraniano no período pós-guerra e assegurar sua segurança e direitos básicos (FRANKOPAN, 2019).

Não podemos esquecer as estratégias por trás dessas intervenções. Para os Estados Unidos, a contenção do comunismo era de extrema importância naquele momento, por este motivo, apoiar o golpe faria com que a URSS perdesse uma zona de influência no Oriente Médio. Além disso, seria mais um aliado para os estadunidenses. No entanto, pode-se dizer que o golpe foi mais importante politicamente para a Grã-Bretanha, tendo em vista que Mohammad Mossadegh, primeiro-ministro iraniano, tinha como um de seus objetivos a nacionalização da companhia de óleo Anglo-Iraniana, fazendo com que os britânicos perdessem sua influência econômica na região e seria uma tentativa de reafirmar a soberania do Irã (Frankopan, 2019). A destituição de Mossadegh e o sucesso da Operação Ajax¹⁴, levaram a política iraniana para perto dos valores ocidentais.

3.2 O segundo período (1953-1979): Crises, guerras, revoluções e intervenções

O sucesso da Operação Ajax foi apenas o início da liderança estadunidense no Oriente Médio. Segundo Peter Frankopan (2019, p. 459), “[...] os Estados Unidos entraram num novo mundo – onde havia tensões entre, de um lado, a meta de promover os interesses nacionais e, de outro, o apoio a regimes e governantes impalatáveis”. O foco dos Estados Unidos, naquele momento, era criar uma grande zona de influência no mundo, onde o foco seriam seus próprios interesses nacionais. Por este motivo, o governo estadunidense ampliou sua rede de cooperação na região, criando uma espécie de cinturão de Estados com governos pró-Ocidente, que ia da Turquia até o Paquistão (Frankopan, 2019).

Todavia, ao final de 1954, após a recusa estadunidense de promover armas para o governo afegão, os soviéticos viram uma chance de interceder e dar início a uma inusitada amizade entre o Afeganistão e a URSS (Frankopan, 2019). Apesar do Afeganistão não fazer parte do Oriente Médio, essa cooperação foi crucial para uma abertura de negociações entre os países da região e a União Soviética.

Dessa forma, apenas alguns meses mais tarde, o líder egípcio Gamal Abdel Nasser, também recorreu aos soviéticos para armamentos, fazendo com que os estadunidenses fossem pegos de surpresa (Frankopan, 2019). A França havia imposto condições à venda de armamentos para o Egito, devido ao seu apoio à independência argelina. Esse movimento levou Nasser a busca por apoio militar no bloco comunista. Apesar de ser um dos líderes do Movimento de Países Não Alinhados, o comandante egípcio ainda preferia o apoio

¹⁴ Operação Ajax foi o nome dado ao plano de golpe de Estado, orquestrado pela CIA, inteligência americana, e o M16, inteligência britânica.

estadunidense, por este motivo, informou ao governo dos Estados Unidos sobre sua comunicação com a União Soviética (Rogan, 2021).

De acordo com Frankopan (2019), o governo estadunidense ofereceu uma contraproposta, de financiar um projeto em Assuã¹⁵ em conjunto com a Grã-Bretanha e o Banco Mundial. Ainda foi ofertado uma tentativa de acordo com Israel, para que houvesse uma melhora na relação entre os aliados do Ocidente. Todavia, o anúncio egípcio sobre o acordo com a URSS em setembro de 1955, mudou o equilíbrio de poder no Oriente Médio, tendo em vista que Nasser era um líder adorado, defensor do pan-arabismo, que estava elevando o poder regional do Egito (Rogan, 2021).

O movimento nacionalista árabe era considerado como um perigo para os interesses ocidentais. Dessa forma, em 1956, três forças pró-Ocidente se aliaram para declarar guerra contra o Egito. A França, a Grã-Bretanha e Israel foram cúmplices no que hoje conhecemos como a Crise do Suez.

A gota d'água para as potências europeias foi o anúncio de nacionalização do Canal de Suez, por onde a França e a Grã-Bretanha obtinham a maior parte de seu petróleo. Por isso, no dia 29 de outubro de 1956, as forças israelenses invadiram a Península do Sinai, com o apoio francês e britânico (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021).

Imagen 3: Península do Sinai

¹⁵ Estrada em direção ao Canal de Suez.



Fonte: World Atlas, 2021.

O plano inicial seria a tomada do Sinai até o Canal de Suez. A Península do Sinai é uma grande região desértica e montanhosa que separa o canal da fronteira israelense, como podemos ver no mapa acima (imagem 3). No dia seguinte à marcha israelense, o governo egípcio recebeu um ultimato da França e da Grã-Bretanha, que foi ignorado por Nasser. No entanto, as armas soviéticas usadas pelo exército egípcio não foram suficientes para impedir a Agressão Tripartite¹⁶ (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021).

Contudo, o ataque foi condenado por ambos os blocos e foi logo remediado por uma Força Emergencial das Nações Unidas. Apesar de ter sido uma derrota militar, a Crise do Suez deu a Nasser uma vitória política e reforçou a visão árabe de que Israel legitimava as políticas imperialistas e ocidentais dentro da região (Rogan, 2021).

Em 1957, a Doutrina Eisenhower foi implementada. Os Estados Unidos estavam dispostos a oferecer auxílio econômico e militar a todos os países que fossem contra o regime soviético. Apesar de ter dissuadido a União Soviética de tentar aumentar sua influência na área, a doutrina não foi bem recebida pelos nacionalistas árabes, que a interpretavam como uma maneira dos estadunidenses se tornarem o novo “guardião” do Oriente Médio. A

¹⁶ A Crise do Canal de Suez ficou conhecida no mundo árabe como “Agressão Tripartite”.

Agressão Tripartite provou para os povos árabes que a ameaça imperialista era mais tangível do que a ameaça comunista, narrada pelos líderes ocidentais (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021). De certa forma, a percepção árabe se mostrou correta, quando a Doutrina Eisenhower passou a ser implementada nos países árabes para derrubar movimentações do pan-arabismo, como no Líbano e na Jordânia.

O ano de 1958 foi um completo caos para os países árabes e um sucesso para o governo de Gamal Abdel Nasser. Em fevereiro, o Egito e a Síria anunciaram sua união, com a criação da República Árabe Unida (RAU), uma união política total que teria seu poder central no Cairo. A popularização do nasserismo¹⁷ estava em seu auge, fazendo pressão em diversos governos da região, como foi o caso da Jordânia. O rei hachemita Hussein apoiava a causa do pan-arabismo, mas se recusou a entrar para a RAU. O nacionalismo árabe defendido pelo rei era a partir de uma concepção de união árabe com preservação da soberania de cada país. Dessa forma, Hussein se juntou ao rei Faisal II, do Iraque, para formar a União Árabe, que foi vista como uma posição defensiva contra o nasserismo (Rogan, 2021).

Em maio do mesmo ano, um jornalista libanês pró-Nasser foi assassinado, causando uma crise política no país. Muitos defensores do pan-arabismo culpavam o regime pelo acontecimento e acusavam o presidente, Camille Chamoun, de uma tentativa de golpe para se reeleger (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021). Após a implementação da Doutrina Eisenhower no Líbano, no ano anterior, o regime de Chamoun se mostrou ao lado dos Estados Unidos, em divergência com a política anti-imperialista, que muitos libaneses nasseristas levantavam. Dessa forma, três grandes frentes políticas libanesas se uniram para a nova eleição. O grupo conhecido como Frente Nacional reunia líderes políticos das três principais seitas do país: sunitas, drusos e maronitas (Rogan, 2021).

Essa nova coalizão não foi bem vista pelos estadunidenses, que transformaram o Líbano em um campo de batalha entre pró-Ocidente e nasseristas. O governo de Eisenhower estava disposto a fazer o possível para que Chamoun fosse reeleito e conseguiram, por meio da corrupção. Por isso, quando o assassinato do jornalista Nasib Matni veio à pauta, a Frente Nacional convocou greves e protestos em todo o país, que se encaminharam para a primeira guerra civil libanesa. A intervenção estadunidense chegou quando o governo de Chamoun estava perto de cair (Rogan, 2021). O que os Estados Unidos mais temia estava acontecendo:

¹⁷ Foi como ficou conhecida a ideologia de Nasser, que consistia em uma mistura do pan-arabismo, neutralismo positivo e socialismo árabe (AL-MARASHI; GOLDSCHMIDT JR., 2021).

o nasserismo estava agindo como uma ameaça direta aos governos árabes pró-Ocidente, impactando negativamente os interesses da potência americana na região (Little, 2008).

Enquanto isso, no Iraque, a União Árabe proposta pelos primos hachemitas estava caindo. Os Oficiais Livres, grupo militar inspirado por Nasser, tramaram derrubar a monarquia e estabelecer uma república. Eles tinham o objetivo de arruinar qualquer resquício de imperialismo, para começar um governo conduzido pelo próprio povo iraquiano. Dessa forma, mais um governo pró-Ocidente caia no Oriente Médio (Rogan, 2021).

Após vários anos de uma grande revolução no mundo árabe, o início da década de 1960 mostrou o declínio do nasserismo no Oriente Médio e no Magreb, que começou com a República Árabe Unida sendo desfeita em 1961. E terminou com a morte de Nasser em 1970. Apesar de seu fracasso com a RAU, o líder egípcio conseguiu manter sua influência sobre vários países da região por mais alguns anos, incentivando e cooperando com movimentos revolucionários e anticoloniais. Nesse contexto, os Estados Unidos intensificaram suas intervenções na região, motivados pela contenção do avanço soviético e pela proteção de interesses estratégicos, como o acesso ao petróleo. Washington consolidou alianças com regimes pró-Ocidente, como Arábia Saudita, Jordânia e Irã, ao mesmo tempo em que buscava conter a influência do Egito e do pan-arabismo (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021).

Um pouco mais de dez anos após a Agressão Tripartite, mais um conflito entre Israel e Egito aflorou. Dessa vez, o Estado sionista vinha sendo equipado militarmente pelos Estados Unidos, enquanto os soviéticos continuavam a enviar armamentos para os egípcios e os sírios.

A guerra era inevitável porque Israel e os Estados árabes vizinhos estava, insatisfeitos com o status quo e não se mostravam dispostos a considerar a paz nesses termos. Os árabes estavam tão inconformados com Israel que se recusavam a se referir ao país pelo nome, preferindo falar da “entidade sionista”. Tendo perdido as guerras contra o exército israelense em 1948 e 1956, eles estavam determinados a acertar as contas. Os refugiados palestinos no Líbano, na Síria, na Jordânia e na Faixa de Gaza serviam como um lembrete diário do fracasso dos árabes em cumprir suas promessas de liberação na Palestina. (Rogan, 2021, p. 477)

Durante anos, os países árabes vinham se preparando para mais uma guerra entre Israel e Egito. O aumento das tensões que levou à Guerra dos Seis Dias, tinha relação com a distribuição de água do Rio Jordão. A Síria e a Jordânia não concordavam com a construção do aqueduto israelense e cogitaram o desvio dos principais afluentes do rio. Contudo, o sentimento de ameaça foi crescendo em Israel, levando-os a uma “série de ataques preventivos” (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021, p. 349) contra seus vizinhos. O combate durou apenas seis dias e terminou com uma vitória decisiva de Israel. O exército israelense

conseguiu conquistar territórios estratégicos: a Península do Sinai e a Faixa de Gaza do Egito, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental da Jordânia, além das Colinas de Golã da Síria. Essas vitórias ampliaram significativamente o território sob controle israelense, mas também acirraram as tensões com os países árabes.

A vitória israelense da Guerra dos Seis Dias consolidou sua posição pró-Ocidente no Oriente Médio e desencadeou uma onda de conflitos árabe-israelenses, que permanecem até os dias de hoje. Além disso, esses conflitos intensificaram a competição da Guerra Fria no Oriente Médio, com os Estados Unidos e a União Soviética apoiando militarmente seu respectivo aliado. Entre 1967 e 1979, houve uma guerra de atrito¹⁸ entre Israel e Egito ao longo do Canal de Suez, financiada pelas duas potências globais da época (Al-Marashi; Goldschmidt Jr., 2021).

A morte de Nasser impactou todos os países árabes, do Oriente Médio ao norte africano. Apesar do nacionalismo árabe ter perdido seu impacto anos antes, o líder egípcio conseguiu transcender por todos os Estados da região com ou sem pan-arabismo. Havia-se criado uma esperança de superação imperialista, fomentada pelo nasserismo. No entanto, ao início da década de 1970, os Estados árabes estavam divididos por seus próprios interesses nacionais, não deixando de lado as pautas convergentes de sua região. Concomitante à morte do “leão de Cairo”¹⁹, o crescimento das indústrias petrolíferas causava uma mudança de poder em todo o Oriente Médio (Rogan, 2021).

3.2.1 A era do petróleo

Como observado anteriormente neste capítulo, o petróleo já era um produto de grande domínio árabe. No entanto, apenas na década de 1970, a indústria petrolífera passa a ser uma ferramenta de poder na região, com a crescente dependência global de combustível, a crise da OPEP²⁰ e o declínio da produção norte-americana. Rogan (2021, p. 510) afirma que “o petróleo, mais do que qualquer outra *commodity*, passou a definir a riqueza e o poder árabes na era moderna. No entanto, é um tipo ilusório de poder”. O poder ilusório, como apontado pelo autor, possibilitado pela riqueza conferida pelo petróleo, tornava esses países mais vulneráveis a ameaças externas.

¹⁸ Uma “guerra de atrito” ou “guerra de desgaste” é quando a principal estratégia é exaurir o inimigo de qualquer forma, seja ela por falta de recursos ou exaustão moral.

¹⁹ Apelido dado ao general Gamal Abdel Nasser, por sua coragem, determinação e carisma.

²⁰ Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Países membros: Argélia, Angola, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Irã, Iraque, Venezuela, Kuwait, Líbia, Nigéria, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Uma década antes, os países produtores de petróleo se viram furiosos: as empresas ocidentais estavam ganhando mais com o petróleo deles, do que seus próprios países ganhavam de concessões. Apesar de terem fechado acordos de lucro 50/50 com as empresas petrolíferas, os Estados árabes perceberam que a parceria entre eles era desigual. Por isso, quando a British Petroleum tomou a decisão de cortar o preço de seus barris em 10% sem consultas prévias, os representantes do Kuwait, Irã, Iraque e Arábia Saudita se juntaram para formar a OPEP. O principal objetivo da OPEP, em primeira instância, seria o aumento dos lucros para os governos, assegurando a soberania estatal sobre a produção petrolífera. Quando o erro da BP foi repetido, agora na Standard Oil, mais países se juntaram à Organização, que foi oficialmente formada em setembro de 1960 (Rogan, 2021).

Paralelamente ao aumento da vulnerabilidade dos países produtores de petróleo na região, foi implementada a Doutrina Nixon, que visava diminuir a presença militar dos Estados Unidos na região e apoiar os países do Oriente Médio a assumirem a responsabilidade da segurança regional. A Arábia Saudita e o Irã, que eram considerados os pilares da cooperação estadunidense na região, foram os primeiros a aderirem a nova política (Little, 2008). O que a administração estadunidense não esperava foi a morte do coronel Nasser e o surgimento de um “sucessor ideológico” (Rogan, 2021, p. 516) na Líbia, que levaria até os Estados pró-Ocidente a ampliação de seus lucros no mercado petrolífero. Em fevereiro de 1971, o Acordo de Teerã foi assinado pelo Irã, Iraque e Arábia Saudita, garantindo o mínimo de 55% de lucros para os Estados nas receitas oriundas do petróleo.

Apesar de utilizar o petróleo como uma arma tenha sido ineficaz na Guerra dos Seis Dias (Rogan, 2021), a Guerra de Yom Kippur foi um ponto de inflexão para os países árabes produtores de petróleo. O apoio dos EUA a Israel era um ponto sensível para os Estados árabes. Não obstante, a Primeira Crise do Petróleo revelou a vulnerabilidade das economias ocidentais à dependência do petróleo do Oriente Médio. O embargo e o aumento abrupto dos preços transformaram as relações internacionais, fortalecendo o poder político dos países produtores e estimulando mudanças na política energética dos países desenvolvidos. Além disso, a crise contribuiu para a revisão de estratégias militares e diplomáticas no Oriente Médio, abrindo caminho para negociações como os Acordos de Camp David, que culminaram no tratado de paz egípcio-israelense, em 1979 (Little, 2008).

4. O ORIENTE MÉDIO ATRAVÉS DAS LENTES ESTADUNIDENSES

Neste capítulo iremos abordar as similaridades entre o mundo construído em *Duna* e a complexa relação histórica entre Oriente Médio e os Estados Unidos, utilizando as noções de Orientalismo de Said, que foram abordadas no primeiro capítulo deste trabalho. A ficção traz uma reinterpretação do estereótipo oriental criado pelo ocidente e apresenta uma terra “misteriosa”, com raras riquezas naturais e uma sociedade não civilizada e “rebelde”. De fato, o livro apresenta uma composição de um mundo complexo, onde a balança de poder se mostra similar ao contexto em que o mundo se encontrava na Guerra Fria. A partir de uma ótica estadunidense, Frank Herbert apresenta um planeta desértico, chamado Arrakis, que está à espera de um novo (e ocidental) messias para conquistar e reestruturar sua sociedade.

Para melhor entendimento, esta parte será dividida em duas: a apresentação dos personagens – tanto da ficção, quanto da realidade – e a comparação histórica dos eventos. Na primeira parte, serão apresentados os personagens fictícios, as associações que fizemos com o mundo real e o porquê. Em seguida, os personagens serão inseridos no contexto histórico, mostrando sua correlação e de que forma as relações de poder foram retratadas no livro de Herbert (1964). Por motivos didáticos, iremos utilizar os termos “mundo primário”, para nos referirmos à situações reais, e “mundo secundário”, para nos referirmos à ficção de Herbert.

4.1 Apresentação do mundo secundário e seus personagens

Em *Duna*, somos transportados para Arrakis, um planeta desértico de beleza árida e perigos ocultos. Arrakis, ou Duna (como é conhecido no Universo secundário) é a base da ficção científica de Frank Herbert, onde toda sua história é situada e as relações de poder são demonstradas. A história se passa entre os anos 10.191 d.G²¹ e 10.193 d.G, quando o Imperador decide entregar o controle das especiarias e, consequentemente, de Arrakis para a Casa Atreides. A especiaria é o motor deste Universo fictício, controlando a economia, a política e até mesmo a biologia; ou seja, aquele que controla a especiaria, domina todo o resto.

O marco temporal do mundo secundário é simbolizado pela formação de uma organização que detém total controle sobre as viagens e comércios espaciais do Universo fictício, que ficou conhecida como Guilda Espacial. A Guilda, juntamente com o Imperium e as Grandes Casas, formavam um poderoso tripé, que comandava todo este Universo e

²¹ A contagem temporal de *Duna* é baseada a partir da formação da Guilda Espacial, sendo assim “d.G” significa “depois da Guilda” e “a.G” significa “antes da Guilda”.

controlava a distribuição da especiaria dentro dele. Assim como a especiaria é o recurso mais valioso do universo de Duna, o petróleo se tornou o centro das atenções globais no pós-Segunda Guerra Mundial, já que ambas as substâncias impulsionam economias e são motivo de conflito e intervenção externa.

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos comparar a Guilda Espacial com a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Como mencionado no capítulo anterior deste projeto, grandes empresas de petróleo do Ocidente atuam no Oriente Médio desde o início do século XX. Dessa forma, a OPEP foi criada como uma forma de unificar as políticas petrolíferas de seus membros, controlando boa parte da oferta global de petróleo. A mesma maneira, a Guilda Espacial detém poder sob a navegação espacial e o uso da especiaria, sendo essencial para o controle do fluxo econômico interplanetário do mundo secundário. Tanto a OPEP quanto a Guilda Espacial são exemplos reais e fictícios de como o controle sobre um recurso estratégico pode conferir um poder imenso, moldando a geopolítica e a economia em seus respectivos universos. Herbert utiliza a Guilda para ilustrar a fragilidade de um império baseado em um monopólio, espelhando as tensões e dependências que surgiram com a ascensão do petróleo no Oriente Médio.

A Casa Corrino, apesar de ter estabelecido seu poder como Imperium por mais de 10 mil anos, tem um declínio bruto, porém gradual, assim como os impérios francês e britânico dentro do Oriente Médio. Ambos representam um poder antigo e estabelecido que falharam em se adaptar às novas normas e dinâmicas, além de subestimar seus subalternos em seus atos de resistência e acabaram colapsando, quando um jovem e inspirador líder apresenta-se como ameaça. Em essência, Herbert usa o Imperium de *Duna* como uma representação da dinâmica imperialista: um sistema aparentemente invencível, mas intrinsecamente instável, cuja existência depende da exploração de um recurso e da supressão dos povos nativos. O destino de Arrakis e dos Fremen é um poderoso eco das lutas de independência que moldaram o Oriente Médio e o declínio do colonialismo europeu.

Assim como a ascensão estadunidense no Oriente Médio foi interligada ao Império britânico, a conquista de Arrakis pela Casa Atreides está totalmente ligada ao Imperium. Após décadas de controle do planeta pela Casa Harkonnen, o Imperador Shaddam IV decide entregar a responsabilidade do comércio intergalático da especiaria ao Duque Leto Atreides, pai do personagem principal, Paul “Muad’Dib”²² Atreides. Podemos comparar, até certa

²² Nome de guerra escolhido por Paul Atreides, ao se tornar um Fedaykin, grupo Fremen guerreiro.

medida, a Casa Atreides com os Estados Unidos, em específico no aspecto de se apresentarem como uma nova potência, dispostos a mudar o paradigma de poder em ambos os mundos. Esse aspecto amedronta as forças de poder antigas e estabelecidas, como a Casa Corrino e o Império britânico, e também aqueles que querem assumir o lugar hegemonicó, como a Casa Harkonnen e a União Soviética.

A Casa Harkonnen incorpora o estereótipo negativo e perigoso da URSS e do bloco comunista como um todo. Sua representação vilanesca, brutal e totalitária demonstra como a ideologia soviética era vista pelo Ocidente. Ao mesmo tempo, compreendemos a mudança na liderança de Muad'Dib quando Herbert expressa no livro o parentesco do herói com os vilões da ficção. Ou seja, quando o protagonista “bonzinho” incorpora o fundamentalismo e o usa contra seus seguidores, entendemos que ele é desta forma devido ao seu, até então desconhecido, avô Vladimir Harkonnen.

Essa linha de pensamento nos leva a notar a complexidade da obra de Frank Herbert. No início de seu livro, o autor apresenta uma narrativa explícita de “bem” e “mal”; trazendo à tona o binário “nós” e “eles”, que foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. No entanto, ao longo da história vemos essa percepção se transformar e o suposto herói do mundo secundário utilizar este binário para alcançar seus próprios objetivos. Herbert usa a personagem Chani para fazer uma crítica ao fundamentalismo religioso incorporado por Muad'Dib e que inicia uma nova Jihad.

O fundamentalismo religioso apresentado na narrativa de Herbert, apenas demonstra como a profecia criada pela Bene Gesserit foi utilizada para a manipulação dos Fremen, além de utilizada para justificar a “hostilidade” deste povo. Da mesma maneira, o islã é utilizado por instituições orientalistas no mundo árabe. Muad'Dib utilizou da fé dos fundamentalistas para criar um exército que iria lutar ao seu lado pelo trono do Imperium. A personagem Chani representa a identidade nativa do povo Fremen e a luta constante por suas terras, além de ser um importante símbolo de mulher revolucionária.

A Chani é uma Fedaykin, assim como Muad'Dib, porém percebemos ao longo do livro que ela é silenciada e seu amor é sacrificado para que haja uma continuidade política, que beneficiaria as Grandes Casas. Assim como as mulheres guerreiras Fedaykin em *Duna*, temos mulheres guerreiras presentes no mundo primário, como Leila Khaled, uma guerreira palestina que se tornou símbolo da luta nacional. Além disso, o distanciamento de Chani, após

a Jihad, espelha o apagamento da mulher revolucionária nas estruturas patriarcais após a libertação colonial.

Apesar do mundo secundário ter uma história voltada para Paul Muad'Dib e a promessa de um messias, não achamos pertinente compará-lo com apenas um líder árabe. Assim como Chani, Muad'Dib é uma representação de algo muito mais complexo. Desde o princípio de sua história, Paul Atreides se apresenta como o típico Orientalista, em sua forma mais erudita. O protagonista de *Duna* espelha o que conhecemos como “complexo do salvador branco”, onde um estrangeiro supostamente superior liberta e civiliza uma sociedade reprimida por poderes coloniais.

Nos anos 1960, isso pode ser lido como uma crítica à forma como os Estados Unidos — autointitulados como portadores da democracia e da liberdade — intervieram no Oriente Médio, acreditando que poderiam moldar o destino da região conforme seus próprios valores e para seu benefício. Ainda assim, Paul Atreides ao se tornar uma figura messiânica — “Mahdi” ou “Kwisatz Haderach” — para os Fremen, ecoa a ascensão de líderes carismáticos e movimentos pan-árabes que surgiram no Oriente Médio. A religião e a espiritualidade desempenham um papel crucial em Duna, assim como a fé islâmica e outras crenças têm sido uma força poderosa na formação de identidades e movimentos políticos no Oriente Médio.

4.1.1 Fremen: Os povos autóctones de Arrakis

Como abordado anteriormente, o planeta de *Duna* é habitado por um povo conhecido por seu comportamento “bárbaro” e “hostil”. Esse povo desconhecido e negligenciado pelas Grandes Casas, são os Fremen, que estão distribuídos em *sietches* — vilas escondidas em cavernas naturais ou escavadas — por todo o território de Arrakis. Ao tomarem o poder do planeta desértico, os Atreides receberam a informação de que haviam uma média de 20 mil Fremen. No entanto, logo descobrem que existem milhares de vilas, levando a uma média de um milhão deles, vivendo escondidos no deserto.

Os Fremen representam os povos nativos do Oriente Médio, como os árabes e outros grupos, que vivem em suas terras ricas em recursos, mas muitas vezes sob domínio ou influência estrangeira. A luta desse povo pela libertação e controle de seu próprio destino, bem como sua resistência cultural e militar, reflete os movimentos nacionalistas e de autodeterminação que surgiram na região durante o século XX. Além disso, pode-se dizer que a origem dos Fremen é muito parecida com as tribos beduínas que se estabeleceram pela

Península Arábica e pelo Levante. Assim como os Zensunni (antecedentes dos Fremen), essas tribos tiveram que se adaptar ao deserto, criando métodos únicos de sobrevivência na área.

Uma representação direta entre a tribo Fremen e os povos árabes são seus guerreiros: os Fedaykin, no livro, ou Fedayin, no mundo primário. Em *Duna*, os Fedaykin são a elite guerrilheira da tribo, extremamente leais aos princípios religiosos e a Muad'Dib como a figura messiânica. Os Fedayin (فدائين, ou “aqueles que se sacrificam” traduzido do árabe) são grupos árabes que lutam pela ideologia nacionalista; guerrilheiros políticos, como Ahmed Helmi, marido da escritora egípcia Nawal El Saadawi. Grupos Fedayin são motivados por uma gama de ideologias, a depender de sua zona de atuação, por exemplo: os Fedayin palestinos lutavam pelo direito de autodeterminação, enquanto os iranianos eram motivados religiosamente contra o Xá.

Os Fremen, mas especialmente os Fedaykin, são mestres de guerrilha, usando seus conhecimentos sobre o deserto e os vermes a seu favor na luta armadas. Assim como os Fedayin, os guerrilheiros do mundo secundário não tinham material bélico moderno e por isso tinham que utilizar métodos considerados irregulares para ganhar vantagens. No entanto, devemos tomar cuidado ao compararmos estes dois grupos. Apesar de ser uma comparação direta e eficaz, Herbert também demonstra uma crítica ao fundamentalismo religioso e como, ao final do livro, os Fedaykin se tornam guardas particulares de Muad'Dib. Os Fedayin, no entanto, estão presentes em circunstâncias complexas, enraizadas em históricos e políticos específicos de cada região.

Em suma, podemos comparar diretamente conceitos e, até certo ponto, alguns elementos de ambos os grupos. Dessa forma, podemos demonstrar efetivamente como Herbert utilizou o conceito histórico de um grupo Fedayin para criar os Fedaykin, assim enriquecendo sua narrativa e abordando temas de resistência, poder e as consequências do fanatismo religioso inserido em um exército.

4.2 Mundo primário *versus* mundo secundário: o poder do deserto

Assim como o Oriente Médio no século XX, o planeta Arrakis é extremamente rico em matéria prima e politicamente vulnerável. Por décadas, este planeta foi explorado e brutalmente colonizado pela Casa Harkonnen, da mesma forma que vimos acontecer no mundo primário com o imperialismo francês e britânico, que estabeleceram empresas nacionais de petróleo em diferentes regiões do Oriente Médio e do Norte da África. Nesta

história, os velhos impérios europeus podem ser representados pelo Imperium, que, apesar de ainda exercer grande poder sob o universo fictício, gradualmente vai perdendo sua força para uma nova potência.

Leto Atreides, duque da Casa Atreides, e figura representativa da possível nova potência, mostrava-se confiante de que conseguiria cumprir sua missão em Arrakis, porém foi sabotado antes que pudesse chegar ao êxito. Podemos dizer que esse sentimento era algo espelhado dos estadunidenses com relação ao Oriente Médio, em especial após a criação da OPEP e as tentativas de renegociação de acordos petrolíferos por parte de grandes produtores, como a Arábia Saudita e o Kuwait. Dessa forma, após a queda do duque, Lady Jéssica viu em seu filho um potencial novo imperador, que conseguiria o apoio dos povos “hostis” de Arrakis e controlaria a especiaria, a partir de uma crença criada pela ordem Bene Gesserit.

A crítica explícita de Herbert sobre o fanatismo religioso e o uso do fundamentalismo islâmico por parte de grandes Estados para seu próprio benefício, pode ser vista em vários momentos da história mundial. Contudo, o aspecto mais proeminente no Oriente Médio no século XX eram os líderes carismáticos, como Paul Muad'Dib Atreides. Gamal Abdel Nasser era um grande líder egípcio, que levou à ascensão do movimento pan-árabe e tentou reunir Estados, para criar uma grande República Árabe Unida. Alguns até chegam a comparar Muad'Dib com Nasser, porém devemos seguir com cautela, tendo em vista que o nasserismo não envolvia o fundamentalismo religioso.

Assim como Muad'Dib, Nasser emergiu como um líder carismático, messiânico e revolucionário, que mobilizou massas e unificou povos sob uma ideologia poderosa — no caso de Nasser, o pan-arabismo e o nacionalismo árabe; no caso de Paul, a causa Fremen e a jihad interplanetária. Ambos representaram a promessa de um novo mundo e de uma grande transformação sociopolítica, desafiando potências estabelecidas e enfrentando alianças conservadoras. Entretanto, tal como Muad'Dib em *Duna*, Nasser viu sua visão grandiosa confrontar limites estruturais e militares — o fracasso da República Árabe Unida e a derrota na Guerra dos Seis Dias, assim como Paul enfrenta as consequências imprevisíveis de sua jihad. Em última análise, ambos são exemplos de líderes visionários que, apesar de seu enorme impacto inicial, veem seu projeto político enfraquecer diante das complexidades geopolíticas e dos poderes hegemônicos que procuravam desafiar.

A Guerra dos Seis Dias (1967) foi um dos conflitos mais marcantes deste período no Oriente Médio, quando Israel lançou uma ofensiva militar contra o Egito, a Síria e a Jordânia.

Apesar de ter sido um conflito “relâmpago”, resultou na vitória israelense, que acabou ocupando parte dos territórios dos três países perdedores. Podemos comparar essa ocupação de territórios estratégicos, como a Península do Sinai, com a retomada do controle de Arrakis pelos Harkonnen, que levou a uma maior resistência Fremen liderada por Muad’Dib. Além disso, as potências globais apoiavam diferentes lados, mas evitavam conflitos diretos; assim como podemos ver a manipulação do conflito entre Atreides e Harkonnen pela ordem Bene Gesserit e pelo Imperium. Assim, o conflito regional refletia não apenas lutas locais, mas também um tabuleiro de grandes potências, tal como em *Duna*, onde o destino de Arrakis (o Oriente Médio ficcional, com sua especiaria equivalente ao petróleo) é decidido pelas intrigas e interesses das superpotências do universo.

Da mesma maneira que a Guerra dos Seis Dias mudou o equilíbrio geopolítico do Oriente Médio, a resistência Fremen liderada por Muad’Dib leva a uma mudança no paradigma político universal, tendo em vista que abre portas para o início da Jihad. A jihad em *Duna* não é apenas uma guerra religiosa; ela é um espelho distorcido e crítico de movimentos de libertação e resistência do século XX contra ocupações e impérios, sejam coloniais, soviéticos ou ocidentais. Herbert, ao construir esse conceito, estava comentando diretamente sobre o poder do mito, a manipulação das massas e os riscos de qualquer revolução que se torne absolutista.

Outro evento canônico para todo o contexto do mundo secundário foi a destruição do *sietch* Tabr, que representou uma perda catastrófica para os Fremen, não apenas em infraestrutura, mas também espiritualmente. Foi um ataque direto ao estilo de vida adotado por este povo, assim como o Nakba palestino em 1948. A catástrofe (Nakba) aconteceu durante a primeira guerra árabe-israelense, em 1948, quando vilas palestinas foram destruídas pelo exército sionista. Ambos ataques foram simbólicos, com intuito de causar danos à resistência e a identidade desses povos. O *sietch* Tabr não era apenas uma vila Fremen, era o coração da resistência, fazendo com que sua destruição fosse interpretado como um ataque direto à presença Fremen em Arrakis. Dessa mesma forma, a destruição das vilas palestinas eram uma forma de demonstração de poder e supressão de futuras representações de resistência.

5. CONCLUSÃO

Frank Herbert construiu em *Duna* mais do que uma saga de ficção científica, mas um espelho complexo e multifacetado das dinâmicas geopolíticas do Oriente Médio no século XX, utilizando estereótipos criados por ocidentais para fazer uma crítica a ambos os lados. Ao analisarmos os paralelos através dos conceitos de Said, percebemos que *Duna*, apesar de refletir e questionar certos aspectos orientalistas, a ficção inadvertidamente perpetua estereótipos e construções hegemônicas.

O Imperium com sua estrutura de poder feudal e dependência vital da especiaria, ecoa diretamente nos velhos impérios europeus, que exploraram os recursos do Oriente Médio, em especial o petróleo. A incessante busca pela especiaria pelas Grandes Casas e pelo Imperador Shaddam IV, ignorando as necessidades dos povos subalternos, é uma clara alegoria da exploração econômica e da subjugação política imposta pelas potências ocidentais. Esta alegoria é reforçada pela analogia entre a OPEP e a Guilda Espacial, onde ambas apresentam o poder de monopólio de um recurso essencial, podendo exercer vasta influência política e revelando a fragilidade dos sistemas.

Contudo, é na representação do povo subalterno – os Fremen – que Herbert demonstra ambiguidade em sua narrativa, a partir de visões decolonial e Saidiana. Os Fremen são a materialização da resistência anticolonial, oprimidos e subestimados, com uma resiliência indomável. Sua luta pela autodeterminação e a recuperação de sua terra espelham movimentos pan-árabes e de libertação que aconteciam por todo o Oriente Médio. O deserto de *Duna* é mais do que apenas um cenário, pode ser visto como um personagem que molda toda a cultura Fremen, assim como o deserto moldou a cultura e as estratégias militares no mundo primário.

A profecia do Lisan al-Gaib, que mostra um estrangeiro (Ocidental) como o destinado a salvar aquele povo da subjugação, é uma crítica a narrativa de intervenção salvacionista dos países ocidentais no Oriente. A ideia de que um povo “bárbaro” e “primitivo” necessita de um líder “civilizado” para alcançar sua verdadeira força, espelha a visão orientalista que desvaloriza a capacidade de auto-governança dos povos colonizados. Além disso, a manipulação da profecia por uma instituição como a Bene Gesserit, reforça a noção de uma sociedade colonial, onde elementos da fé e da cultura do “Outro” são instrumentos para controle da população.

Ademais, a Jihad interplanetária de Muad’Dib, apesar de ter a intenção de ser uma crítica ao fanatismo e a liderança messiânica, inadvertidamente demonstra um conceito

estereotipado do termo e de suas ligações com o islã. A apropriação de termos árabes e islâmicos amplia a ambientação “exótica”, mas pode deslizar para uma fetichização cultural, reduzindo-os a meros adereços de uma narrativa carregada de equívocos.

Em suma, *Duna* oferece uma parábola sobre a exploração de recursos, a ascensão da resistência e a complexidade da liderança messiânica em contextos de opressão. Ao mesmo tempo, podemos perceber que narrativas de ficção científica, mesmo que contenham críticas bem intencionadas, podem espelhar construções orientalistas e pré-conceitos equivocados, mostrando que a representação do “Outro” é algo complexo e deve ser tratado com cautela. Apesar disso, Herbert nos convida a refletir criticamente sobre esses aspectos, tornando o livro em uma obra perene para acadêmicos que buscam uma comparação entre ficção e realidade geopolítica.

REFERÊNCIAS

CAETANO, W.; PORDEUS, M. P.; SANTO, K. **Decolonialidade e o Conflito Israel X Palestina.** Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 20, n. 42, p. 243-262, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/12482/11229/54435> Acesso em: 03 abril 2025.

CHAKOV, K.; LONG, H. **Social evolutionism.** University of Alabama, s.d. Disponível em: <https://anthropology.ua.edu/theory/social-evolutionism/> Acesso em: 04 abril 2025.

COLMAN, Jackson. **Lyndon B. Johnson's Foreign Policy.** Edinburgh University Press, 2010.

CULCASI, Karen. **Mapping the Middle East from within: (Counter-) cartographies of an Imperialist Construction.** Antipode, Vol. 44, No. 4, pp 1099–1118, 2012. Disponível em: <https://ibglopo.com/wp-content/uploads/2021/08/culcasi-mapping-the-middle-east-from-within.pdf> Acesso em: 14 abril 2025.

DRIDI, Yosr. **De-orientalizing Dune: Story-building between Frank Herbert's novel and Denis Villeneuve's Film.** EKPHRASIS: images, cinema, theory and media, pp. 49-67. University of Tunis, 2022. Disponível em: <https://ekphrasisjournal.ro/docs/R1/28jmr2.pdf> Acesso em: 18 março 2025.

DUNA: parte 1. Direção: Denis Villeneuve. Produção: Legendary Entertainment. Estados Unidos: Warner Bros, 2021. HBO Max (155 min).

DUNA: parte 2. Direção: Denis Villeneuve. Produção: Legendary Entertainment. Estados Unidos: Warner Bros, 2024. HBO Max (166 min).

DURRANI, Harris. **Dune's not a White Savior Narrative. But it's complicated.** Medium, 11 set 2020. Disponível em: <https://hdernity.medium.com/dunes-not-a-white-savior-narrative-but-it-s-complicated-53fbbecc1b1dc> Acesso em: 18 março 2025.

DURRANI, Harris. **Muslimness, Orientalism and Imperialism in Dune.** Georgetown Journal of International Affairs, Volume 24, Number 1, Spring 2023, pp. 78-85. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/897704/pdf> Acesso em: 18 março 2025.

EDWARD Said on Orientalism. Direção: Sut Jhally. Estados Unidos, 1998. Youtube. 40min.

FRANKOPAN, Peter. **O coração do mundo: uma nova história universal a partir da Rota da Seda, o encontro do Oriente com o Ocidente.** São Paulo: Editora Planeta, 2019.

FIRTH-GODEHERE, Richard. **The Purpose of Maps at the time of the Crusades:** a brief look. Research Gate, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Richard-Firth-Godbehere-2/publication/256420979/The_Purpose_of_Maps_at_the_Time_of_the_Crusades_A_brief_look/links/00b7d52279dce631c000000/The-Purpose-of-Maps-at-the-Time-of-the-Crusades-A-brief-look.pdf Acesso em: 04 abril 2025.

GREGORY, Derek. **Imaginative Geographies.** Progress in Human Geography, v. 19, n. 4, p. 447-485, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030913259501900402> Acesso em: 04 abril 2025.

HARLEY, Brian. **Mapas, Saber e Poder.** Confins, n. 5, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5e94/cd9f63f3eb787036ea2c83f8be371c3b92bb.pdf> Acesso em: 05 abril 2025.

HERBERT, Frank. **Duna.** São Paulo: Editora Aleph, 2017.

HOURANI, Albert. **A história dos povos árabes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JOHNSON, Lyndon B. **Speech on “A Just and Dignified Peace”.** Jewish Virtual Library, 10 September 1968. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/president-johnson-speech-on-ldquo-a-just-and-dignified-peace-rdquo-september-1968> Acesso em: 21 fev 2025.

KANDIYOTI, Deniz. **Post-colonialism Compared:** Potentials and limitations in the Middle East and Central Asia. International Journal of Middle East Studies, Cambridge University, n. 34, p. 279-297, 2002. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/2135/1/Postcolonialism.pdf> Acesso em: 04 abril 2025.

LITTLE, Douglas. **American Orientalism:** the United States and the Middle East since 1945. The University of North Carolina Press, 2008.

MORGAN, Lewis H. **Ancient Society.** K. P. Gabchi & Company, New Delhi, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Partition Plan 1947 - Map.** April 1983. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-208958/> Acesso em: 16 junho 2025.

OLD Empires and New Colonies: Figure 8.4. **Louis Pressbooks**, s.d. Disponível em: <https://louis.pressbooks.pub/western civ 2/chapter/chapter-8-4-old-empires-and-new-colonies/> Acesso em: 16 junho 2025.

PALESTINE DIARY. **Edward Said on Orientalism**. Youtube, 28 de outubro de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fVC8EYd_Z_g Acesso em: 28 março 2025.

PASCHOAL, Nina Ingrid C. **Expressões orientalistas na França**: Desenvolvimento de artes e ciência após a Campanha do Egito (1798). Arte e Política: Raça, Gênero e Racionalidades, vol. 7, n. 13, p. 208-229, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/download/31253/22353> Acesso em: 26 março 2025.

PURUSHOTHAMAN, Uma. **USA and Revolutions in the Arab World**. Observer Research Foundation: Issue Brief, n 27. April 2011. Disponível em: <https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20230810134809.pdf> Acesso em: 20 maio 2025.

RACHED, Kardo; ABDULRAHMAN, Salam. **United States: A review of the US Middle East Policy from Harry Truman to Bill Clinton**. Conflict Studies Quarterly, vol. 34, pp. 45-65. Janeiro de 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Kardo-Rached/publication/348671822_UNITED%20STATE%20A%20REVIEW%20OF%20THE%20US%20MIDDLE%20EAST%20POLICY%20FROM%20HARRY%20TRUMAN%20TO%20BILL%20CLINTON/links/601148e692851c2d4df73770/UNITED-STATES-A-REVIEW-OF-THE-US-MIDDLE-EAST-POLICY-FROM-HARRY-TRUMAN-TO-BILL-CLINTON.pdf Acesso em: 15 maio 2025.

ROGAN, Eugene. **Os Árabes**: uma história. São Paulo: Zahar, 2021.

ROCHA, Miguel de O. E. Estados Unidos e Europa: entre parceria e isolacionismo. Euro-Atlântico: espaço de diálogos, Universidade de Coimbra, pp. 99-115. 2019. Disponível em: https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/47297/1/estados_unidos_e_europa.pdf Acesso em: 15 maio 2025.

SAMPAIO, Luiz Fernando P. **Arte, ciência e imagens sobre o Egito na França de Napoleão**. In: Revista Ensaios de História, v. 14, n. 1/2, p.123-132, 2009. Disponível em: <https://antigoegito.org/wp-content/uploads/2018/01/13.pdf> Acesso em: 26 março 2025.

SHLAIM, Avi. **The Balfour Declaration and its consequences**. Yet More Adventures with Britannia: Personalities, Politics and Culture in Britain. London, I. B. Tauris, pp. 251-270, 2005. Disponível em: <http://old-eclass.uop.gr/modules/document/file.php/PEDIS414/%CE%9F%CE%B8%CF%89%CE%BC%CE%B1%CE%BD%CE%B9%CE%BA%CE%AE%20%CF%80%CE%B5%CF%81%CE%AF%CE%BF%CE%B4%CE%BF%CF%82%20-%20%CE%92%CF%81%CE%B5%CF%84%CE%B1%CE%BD%CE%B9%CE%BA%CE%AE%20%CE%95%CE%BD%CF%84%CE%BF%CE%BB%CE%AE/The%20BALFOUR%20DECLARATION%20And%20its%20Consequences.pdf> Acesso em: 26 março 2025.

SHVILI, Jason. **Sinai Peninsula**. World Atlas, 2021. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/where-is-the-sinai-peninsula.html> Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, Leonardo L. Silveira da. **O embate entre Edward Said e Bernard Lewis no contexto da ressignificação do Orientalismo**. Revista Antropológica, Niterói, n. 40, p. 280-306, 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SELLA, Amnon. **The fluctuating influence of the USSR in the Middle East**. Soviet Jewish Affairs, vol. 15, n. 1, pp. 135-140. 1985. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13501678508577493> Acesso em: 15 maio 2025.

TUNA, Tülin. **The Middle East policy of America during the Cold War**. International Journal of Human Resource Studies, vol. 2, n. 2, pp. 84-96. 02 de Junho de 2012. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=463a3870e8e925545bd435f47823dd0dd5ca1145> Acesso em: 15 maio 2025.

VLAANDEREN, Abel. **Desert Power**: A Chronological Comparison of Dune and Its Relationship With Contemporary American Views Towards Islam. MA Thesis, Cultural History of Modern Europe, Utrecht University, 2022. Disponível em: <https://studenttheses.uu.nl/bitstream/handle/20.500.12932/42717/Abel%20Vlaanderen%20%2087369737%29%20MA%20Thesis%20C%20Cultural%20History%20of%20Modern%20Europe.pdf?sequence=1>

WEIR, David. **Nineteenth and Twentieth Century American Orientalism**. Orientalism and Literature: Cambridge Critical Concepts. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, pp. 202–18. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108614672.012> Acesso em: 10 abril 2025.